

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2008:** _____

---Aos dezoito dias do mês de Dezembro do ano dois mil e oito, nesta cidade de Esposende e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de António Fernando Couto dos Santos, na qualidade de Presidente da Mesa da mesma. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respectivamente, Manuel Fernando Torres Arezes e Emídio Real de Moraes. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

João Maria de Sousa Nunes da Silva,
António Maranhão Peixoto,
Orlando Martins Capitão,
Manuel Albino Penteado Neiva,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe,
Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão,
Nuno Filipe Cangostas Teixeira Lopes,
Maria Aurora Hipólito Silva em substituição de Manuel Sérgio Miranda Zão,
Carlos Manuel Vasco Afonso Novo,
José Manuel Neiva da Cruz,
Armando Luís Lopes Martins em substituição de António Veiga de Araújo,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
António Pilar Ferreira,
Ana Margarida Ferreira Morgado,
António Luís Faria da Costa Ribeiro,
Célia Maria de Almeida Guerreiro Castanheira em substituição de José Luís da Silva Ribeiro;
António Viana da Cruz,
Emílio Moreira dos Santos Dias,
Manuel Fernando Lima Meira Torres,
Mário Ferreira Fernandes,
José Eduardo de Sousa Felgueiras,
José Artur Saraiva Marinho,
António Vendeiro Catarino,
António Benjamim da Costa Pereira,
António Martins Neves,
José Augusto Azevedo Sousa,
António Manuel Amorim dos Santos,
José Maria Losa Esteves,
Jorge Manuel Neto Filipe,
Joaquim Carvalho Rosmaninho e
António Carlos Vieira da Silva.

---Sendo dezassete horas e quinze minutos, verificando-se haver “quorum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Fernando João Couto e Cepa, em representação desta. -----

---Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos: _____

Luís Manuel Areia Loureiro Basto. -----

---Não compareceram inicialmente os membros _____

António Manuel Rossas Pereira. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, cópia do Balancete do Razão do Plano da Geral. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, listagem de execução de empreitadas em curso, bem como dados referentes à percentagem de execução das mesmas.

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

Interveio Manuel Carvoeiro que fez a seguinte intervenção política, cujo teor a seguir se transcreve:

“Há algum tempo foi apresentado aos membros desta Assembleia um projecto de urbanização dos terrenos da família Vale Lima, mesmo em frente à EB2,3 António Correia de Oliveira, aqui na cidade de Esposende. Houve, então, vozes e posicionamentos de concordância, designadamente dos deputados do PSD, CDS/PP e do PS (Presidente da Junta de Freguesia de Esposende) com o projecto em apreço. Recordo que, na altura, manifestei dúvidas acerca de tal projecto e até da decisão de urbanizar aquele espaço, criando mais uma zona habitacional na cidade de Esposende. Hoje, depois de alguma reflexão sobre a matéria, entendo, enquanto eleito da CDU nesta Assembleia Municipal, que os terrenos em referência deveriam ser encarados como um espaço importante para a implantação/edificação de infra-estruturas vocacionadas para a fruição pública das mesmas. Defendo, pois, que na zona em questão, tendo presente a sua envolvente, onde já pontificam vários equipamentos públicos ou de prestação de serviços à comunidade (EB2,3 António Correia de Oliveira, Escola Secundária Henrique Medina, Jardim de Infância - Assinjep, Centro Educativo de Esposende, Casa da Juventude, Hospital, Centro de Saúde, GNR, sede da Junta de Freguesia de Esposende, estádio municipal Padre Sá Pereira, Central de Camionagem...) deveria ser erigido um futuro Centro de Artes que contemple, ainda, uma nova biblioteca municipal. Tratar-se-ia, assim, de um novo equipamento de que Esposende carece e que permitiria um prolongamento do grande “campus” de serviços e equipamentos públicos que referi. Este deve ser, pois, o destino dos terrenos em causa.

É que, em Esposende, desde logo, aqui, na sede do município, a pressão urbanística é muito forte. Já há nesta cidade uma excessiva oferta habitacional. Ademais, a inserção dos equipamentos que proponho deveriam enquadrar-se num contexto paisagístico onde o verde predominasse. Esposende também carece de espaços verdes e, na zona em referência, seria possível esta solução, criando um pequeno parque da cidade. Este é um desafio que a Câmara Municipal deveria equacionar. Este seria um cenário urbano que tornaria mais atraente e mais acolhedora a cidade de Esposende.”

Continuando no uso da palavra, Manuel Carvoeiro fez a seguinte intervenção política, cujo teor a seguir se transcreve:

“Nada tenho a ver com as festas comemorativas dos seus 10 anos à frente dos destinos deste concelho. Fui interpelado pela comunicação social para me pronunciar sobre a festa na Malafaia. Nada disse. A festa era sua, do seu Partido, dos seus apoiantes. O Sr. Presidente da Câmara, enquanto cidadão, enquanto político tem a liberdade, calar está, de promover as festas que entender. Na Quinta da Malafaia apresentou ou melhor anunciou a sua recandidatura a presidente da edilidade. Foi o momento que escolheu. Ninguém tem nada a ver com isso. Mas, já, enquanto cidadãos, enquanto munícipes e, por maioria de razão, enquanto deputados desta Assembleia Municipal, não podemos deixar de censurar, protestando, a utilização do site do Município de Esposende para, no mesmo, inserir uma notícia acerca da festa comemorativa dos seus 10 anos como presidente da Câmara e anunciar a sua recandidatura. Tudo é mais grave quando o texto que refiro tem como fonte o Gabinete de relações Públicas do Município de Esposende, submetido na mencionada Página Web no dia 17 de Novembro de 2008 e que hoje (18/12/2008), ainda lá está.

Sr. Presidente da Câmara, o anúncio da sua recandidatura enquadra-se no âmbito da luta político-partidária. Trata-se da recandidatura do cidadão João Cepa. Ora, se assim é, a notícia da sua recandidatura, no Site do Município, configura uma ostensiva e indevida utilização de tal Página Web. O Site em apreço é pertença do Município de Esposende e, por isso, deve estar ao serviço da edilidade. É um espaço que se destina a verter conteúdos que têm a ver exclusivamente com a actividade do Município ou outros que, de alguma forma, se enquadrem no âmbito das atribuições e competências da edilidade. O anúncio da sua recandidatura tem a ver consigo, Sr. João Cepa, e com o seu Partido, mas nunca com o Município de Esposende, enquanto autarquia local. E assim é mesmo tratando-se do anúncio da recandidatura de um cidadão que, neste momento, é presidente da Câmara. A sua festa na Quinta da Malafaia não foi uma actividade ou acção do Município. E isto que fique bem claro. Por isso, é lamentável a divulgação da sua recandidatura no Site deste Município. Ora, sendo V.^a Ex.^a Presidente da Câmara, tal facto assume elevada gravidade. Assim, como é lamentável e, igualmente de grande gravidade, que a Junta de Freguesia de Curvos tenha inserido, no seu Site, a mesma notícia referente à sua recandidatura, isto é, à recandidatura do cidadão João Cepa.”

Continuando no uso da palavra, Manuel Carvoeiro apresentou a seguinte proposta de Recomendação, relacionada com o Projecto Esposende Município Educador, cujo teor a seguir se transcreve:

“Decidiu este município aderir à rede de municípios educadores. Todos partilhamos os princípios orientadores deste projecto e dos seus objectivos.

Trata-se de um trabalho abrangente que contempla, pois, os vários domínios da acção educativa deste município.

Várias actividades, no contexto do projecto em apreço, têm sido desenvolvidas. Mas, não chega anunciar objectivos e realizar actividades. Importa, também, avaliar o trabalho desenvolvido, tendo em atenção o ponto de partida e os resultados alcançados. Se tal avaliação não for desencadeada corre-se o risco de apenas ficarmos a conhecer o caminho, mas nunca o destino da caminhada. Volvidos cerca de três anos após a adesão à rede dos municípios educadores o que se sabe quanto ao impacto deste projecto nos cidadãos deste Concelho? Quantos esposendenses, em razão deste projecto, aprofundaram os seus conhecimentos nas diferentes áreas do saber? Em que medida estão ou não a ser atingidos os objectivos deste projecto? Estas são questões que devem interpelar esta Assembleia e a Câmara Municipal.

- Por isso, a Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal que proceda ao primeiro momento de avaliação do projecto: Esposende Município Educador, mobilizando, para o efeito, todos os actores implicados na matéria.

- Mais recomenda que o relatório que venha a ser produzido seja apresentado em sessão pública agendada para o efeito.”

Ainda no uso da palavra, apresentou a proposta cujo teor a seguir se transcreve e relacionada com o suporte de despesas com o Jantar de Natal:

“Todos os anos, no decorrer deste mandato, no final da sessão ordinária de Dezembro, acontece um jantar de Natal com a presença dos membros da Câmara Municipal, bem como dos deputados com assento nesta Assembleia, contando, no ano transacto e, penso que este ano também, com a presença dos párocos deste concelho. A despesa decorrente deste jantar de Natal tem sido suportada pela Câmara Municipal. Ora, sendo importante, no plano da confraternização, a realização de tal jantar e não se devendo interromper esta prática, o seu pagamento não deve ser suportado pela Câmara Municipal. É que, os cidadãos, todos nós, não aceitamos que num quadro de grandes dificuldades económico-financeiras, num quadro de verdadeira crise, onde tanta tanta gente vive no limiar da pobreza, num contexto em que proliferam dificuldades advenientes do desemprego e dos baixos salários que marcam a vida de tantos Esposendenses, o dinheiro dos impostos seja gasto, concretamente com este jantar de Natal.

- Assim, a Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária recomenda à Câmara o não pagamento do jantar de Natal em apreço.

- Mais, recomenda que cada um dos participantes no jantar suporte o custo do mesmo, sendo, no que concerne, aos deputados municipais, tal importância deduzida das senhas de presença.”

Interveio seguidamente Orlando Capitão, cuja intervenção a seguir se transcreve:

“Na sessão ordinária desta Assembleia realizada, na vila de Forjães, em 24 de Fevereiro de 2007, referi a premente necessidade de se “criar uma ligação rápida, confortável e sem

riscos” da A/28 àquela vila. Apontei, nessa intervenção, as razões que me pareciam justificar plenamente a urgência dessa obra.

Agora que parece estar praticamente assente a criação do Parque Empresarial Vila Chã/Forjães, encontrando-se já aprovadas, por esta Assembleia, medidas preventivas para o efeito, considero essa ligação por via rápida, além de indispensável, muito urgente. Tal ligação deveria estar concluída antes da entrada do Parque em funcionamento.

Esse Parque Empresarial deve integrar-se na vida do Município e não ficar virado apenas para o exterior, com melhores acessos para Viana do Castelo e Barcelos. O êxito desse Parque dependerá, em grande parte, da qualidade e da facilidade dos acessos de que dispuser. Poderá o senhor Presidenta da Câmara informar se há algum avanço na solução deste problema?

Numa recente deslocação a Mar deparei, na E. N. 13, com placas de informação algo estranhas. Nos limites daquela freguesia, encontram-se colocadas, há muitos anos, na E. N. 13, duas placas com a indicação de “São Bartolomeu do Mar”, uma no limite com Marinhas e outra no limite com Belinho.

Recentemente foram colocadas, no interior da freguesia, mais duas, do lado nascente da mesma E.N. 13, uma a norte e outra a sul da Avenida da Praia com a indicação de “São Bartolomeu do Mar” e “Menir”, com uma seta voltada para poente. No topo nascente da Avenida da Praia, do lado sul, onde já existia e continua a existir uma placa com a indicação Praia, foi colocada, por debaixo dessa, uma terceira placa com a indicação “S. Bartolomeu do Mar”, com seta também voltada a poente. Um estranho que por ali passe e queira ir a S. Bartolomeu do Mar, se não reparou nas placas colocadas nas entradas da freguesia, ao deparar com estas últimas placas pensará, naturalmente, que para chegar a S. Bartolomeu do Mar, tem de se dirigir para poente, como mandam as setas. O certo é que, aí, já está em S. Bartolomeu do Mar e já percorreu uma parte considerável da freguesia. Quanto à indicação da Praia concordaria que constasse das duas primeiras recentemente colocadas – no início da Avenida da Praia já lá existe uma há muitos anos -, embora a praia de Mar quase já não passe de mera recordação.

Sobre a indicação do menir, além de ser mencionado nas duas placas da E.N. 13, aparece também numa outra, no topo norte do lado poente da Rua 24 de Agosto. Quem não conheça o local e ao longo da Rua 24 de Agosto, não olhe para os campos, passará, alguns metros ao lado do menir, sem o ver.

Não achará o senhor Presidente da Câmara que seria melhor simplificar a informação, dar indicações correctas a quem nos visita e não baralhar as pessoas?”

Interveio seguidamente João Nunes, tendo inicialmente dado conta à Assembleia Municipal do resultado de uma reunião tida com técnicos da Esposende Ambiente realizada no passado dia 10 de Novembro.

Continuando no uso da palavra, João Nunes fez a seguinte intervenção política, cujo teor a seguir se transcreve:

“A crise financeira que grassa por todo o lado, fruto de uma barbárie capitalista, que em tudo apostava, qual “economia de casino”, desembocou num conjunto de falências, e exigiu a intervenção da maior parte dos Estados, de forma a assegurar as poupanças das famílias. E

isto, transformou o mundo num oceano de problemas, exigindo-se por conseguinte, mais supervisão pelos Governos, de forma a alterar-se o paradigma até agora seguido.

É do conhecimento de todos, as razões desta crise mundial, mas este circo em que vivemos, foi fruto de muitas aldrabices, muito folclore, bastantes truques, manipulações contabilísticas, ilusões de enriquecimento rápido e muita ganância à mistura.

Os crânios do “financeiro” conseguiram vender o presente e até o futuro. Nas apostas da “bolsa”, criou-se a ilusão de que tudo era possível vender para lucrar: ganhar hoje nos negócios de hoje e ganhar hoje nos negócios que se realizariam um dia, no futuro.

A este propósito, queremos manifestar o nosso desagrado, quanto ao recente comportamento do Município de Esposende, que também, comprando “futuros”, deliberou gastar centenas de euros, atribuindo um subsídio de trezentos contos, (mil e quinhentos euros) à Tuna da Universidade do Minho/Braga, que decidiu fazer uma tournée pela lindíssima Ilha da Madeira. Quem não gostaria...

Em troca, os ditos universitários, distribuirão uns panfletos publicitários, e prometem ainda, que no futuro, (aqui está uma forma bizarra de comprar e vender o futuro...) actuarão por três vezes, no nosso Concelho. No futuro...

Já em 2007, ficamos surpresos, com a atribuição de um “subsídio anual” à empresa Bradança - Academia de Bailado de Braga, Unipessoal, Lda., no valor de 6.500,00€ (seis mil e quinhentos euros). Um subsídio de mil e trezentos contos a uma empresa privada, é muito dinheiro!

Não se percebe se estes actos, quanto a nós de inutilidade luxuosa, são apenas actos de suposta benemerência ou se fingem ser compra de serviços, mas o que é certo, é que a partir de agora, e em nome de uma justiça distributiva e em nome da igualdade de tratamento dos cidadãos e empresas particulares, parece-nos aberto o precedente para que qualquer grupo de gaitas-de-beiços, qualquer grupo de Zé-pereiras e afins, submetendo-se a protocolo igual, também possam beneficiar de subsídio, ou seja, beneficiar dos dinheiros públicos do nosso Município de Esposende.

Apenas receamos que algum dia, alguém se lembre de visitar as Ilhas Gregas, ir ao Bali ou fazer um Cruzeiro nas Caraíbas, e reclamar por um subsídio, com base naquele velho aforismo que diz “ou comem todos ou haja moralidade”.

Tal como disse o Senhor Presidente da Republica no passado 5 de Outubro, também nós, entendemos que é tempo de acabar com os que gravitam e vivem sistematicamente encostados ao nosso Município, e, é tempo de não perder de vista os mais desfavorecidos da sociedade esposendense.

Interveio seguidamente Albino Neiva, cuja intervenção a seguir se transcreve e que se consubstancia num voto de protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e relacionado com o Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Litoral Norte (PNLN) e numa Recomendação, apresentada pelo PSD e subscrita por todos os grupos com assento nesta Assembleia e relacionada com o Forte S. João Baptista.

Voto de Protesto

“Por despacho do Conselho de Ministros N.º 175/2008 e publicado em Diário da República de 24 de Novembro de 2008, foi aprovado o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Litoral Norte.

É espantoso que se escreva no preâmbulo desta lei que “ A Comissão mista de coordenação, da qual fizeram parte o Município de Esposende ... emitiu parecer sobre o Plano de Ordenamento...” e mais “Foram tidos em conta os resultados da discussão pública que decorreu entre 4 de Setembro e 17 de Outubro de 2007”.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Sr. Presidente da Câmara

Srs. Deputados Municipais

Eis-nos perante uma verdadeira falácia.

Que se saiba o Município de Esposende configura o estipulado no Artigo 239 da Constituição da República Portuguesa tendo em funcionamento pleno dois Órgãos – um Deliberativo e outro Executivo. Qualquer um deles tem legitimidade democrática e, por isso, deve ser respeitado como tal. Se o Executivo foi ouvido nesta matéria, pese embora as suas propostas de pouco valerem, nós, Órgão Deliberativo, até para sermos ouvidos uma única vez tivemos imensas dificuldades. Solicitamos audiências, enviamos propostas de alteração e até fomos brindados com uma espécie de “Teatro político” com a vinda a esta Assembleia do Senhor Presidente do então ICNB. Aqui, solenemente e em tom complacente, aceitou as nossas propostas, prometeu nova reunião, solicitou que lhe fizessemos chegar as nossas preocupações. De tudo fez tábua rasa. Poder-se-á mesmo dizer e nós pessoalmente sentimo-lo, que “gozou” com a nossa cara e – certamente com o aval do Sr. Ministro da Tutela – mais uma vez desdenhou o Poder Local.

Não sabemos ainda qual vai ser a eficácia deste instrumento de gestão territorial, sabemos, isso sim, que se trata de um documento que teimou em nascer sem a maturação necessária, contra a população ribeirinha deste concelho, contra a vontade bem expressa dos eleitos locais.

Pomos ainda em causa a sua eficácia e o seu cumprimento quando, ainda há bem poucos dias, vimos maquinaria pesada a remover toneladas de areia, a colocar lixo ensacado no areal, a improvisar meios de defesa de habitações particulares e tudo, certamente, com a complacência de quem gere o Parque Natural.

É neste contexto que o Grupo Político do PSD exprime o seu VOTO DE PROTESTO contra a forma como o Governo e seus Organismos agiram, ignorando as propostas que aqui aprovamos e apresentamos em devido tempo, decidindo de uma forma unilateral sobre o território esposendense que há mais de 430 anos é organizado e gerido por pessoas com responsabilidade e que só querem o bem do seu concelho.”

Recomendação

“Relata-nos o erudito Dr. Figueiredo da Guerra que em 1699 o Mestre de Campo Engenheiro Vila Lobos mandou abrir os alicerces para edificar um pequeno reduto militar na Foz do Rio Cávado.

Atendendo a que a situação político-militar do País obrigava a que zona de fronteira estivesse devidamente preparada para a defesa de possíveis escaramuças com a vizinha Espanha – nomeadamente no que dizia respeito aos fortes e fortins da raia - tudo isto fez com que as obras do forte de Esposende ficassem suspensas e que somente fossem retomadas em 1704.

Estamos, portanto, perante um monumento tricentenário que merece, certamente, de todos a máxima atenção.

Tratava-se de um edifício em forma de estrela com cinco baluartes cuja função primeira seria a da defesa da costa esposendense e ainda o controle de entrada na Foz do Cávado.

Recordemos – com alguma mágoa – que estes monumentos de carácter militar só despertavam interesse, por parte dos governantes, em momentos de convulsões e guerras. Logo que este cenário se dissipava, assistíamos ao seu abandono e, muitas vezes ao desmantelamento das suas estruturas físicas. Não eram vistos como monumentos de interesse patrimonial - tal como aconteceu ao longo da nossa história com os vetustos castelos coevos da fundação da nacionalidade.

A função militar do Forte de Esposende foi, de facto, efémera e ainda durante a primeira metade do século XVIII assistimos a fortes assoreamentos na Foz do Cávado o que, para além de quase inviabilizar a navegabilidade do rio e da entrada na sua foz, fez com que o forte deixasse de estar ao pé da água e, por isso, a sua eficácia no combate e defesa de alguma pirataria era praticamente nula. As areias cobriam quase todo o aparelho pétreo e, segundo alguns documentos lidos recentemente, “o velho castelo não passava de um montão de ruínas”.

Chegados os finais da centúria de setecentos preparou-se para Esposende um grande e ambicioso projecto cujo alcance era o desassoreamento da barra e a canalização e navegabilidade do Rio Cávado até, pelo menos à Cidade de Barcelos. Era, sem dúvida, a obra de que todos os esposendenses ansiavam. Para ela foram canalizadas importantes fundos, pesadíssimos impostos e, também, milhares de metros cúbicos de pedra.

Olhando ao redor, e sendo as pedreiras do Faro ainda distantes, havia que descobrir e utilizar materiais disponíveis da redondeza. O olhar desviou-se para as pedras do “velho castelo”. Dai até ao pé do rio era um pulinho e qualquer zorra poderia transportar um sem número de metros cúbicos de pedra já aparelhada. Assistimos assim ao desmontar de mais de metade da estrutura do Forte de S. João Baptista. Foi pena mas todos sabemos que os monumentos de cariz militar são, espaços de má memória. Nada e ninguém contrariaria o seu desmantelamento. Meias soterradas sobraram do reduto de 1700 dois pequenos panos de parede e dois baluartes. É com este aspecto ruinoso que o nosso forte assiste às Guerras Liberais da primeira metade do século XIX. O diferendo entre os partidários de D. Pedro e D. Miguel faz desencadear uma guerra civil. D. Pedro organiza um exército, para derrubar D. Miguel, e procura desembarcar no continente escolhendo a costa norte de Portugal - episódio que ficou conhecido pelos “Bravos do Mindelo”. D. Miguel, organiza a sua defesa e vai olhar, de novo, para os pontos vulneráveis da costa norte e estabelece um cordão de vigia que tinha a função de alertar sobre a tentativa de qualquer desembarque de tropas. Esta defesa vai organizar-se e ter como pontos estratégicos as pequenas casas de facho ou faróis edificadas na linha da costa, coordenadas por estruturas de maior valia como eram os Fortes. O Forte S. João Baptista em Esposende é escolhido como quartel base de duas cordas de vigia. A do norte que corria até Viana do Castelo; a do sul que vigiava a costa até à Póvoa de Varzim. Assistiu-se a um constante vai-e-vém de guardas que calcorreavam as dunas evitando, dessa forma, um desembarque surpresa.

Resolvida a questão da guerra civil, vemos, de novo, o nosso Forte a perder importância militar e a ser remetido ao abandono e à ruína.

O último quartel de oitocentos vem de novo revitalizar este espaço. Agora já não é a necessidade militar mas sim a reconversão deste espaço como ponto estratégico para a orientação das gentes do mar. É aqui que se instala, por volta de 1880, uma “luz” que para

além de avisar a proximidade dos perigos baixios dos Cavalos de Fão, servia de balizamento para a entrada na barra de Esposende.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara

Senhores Deputados

Agora sim, entramos na era do Farol de Esposende.

Para as gentes deste concelho ribeirinho é este monumento que marca gerações e gerações de pescadores e marítimos. É a torre com a cadência da luz, é a “ronca” com o silvo rouco e ritmado que marca o pulsar daqueles que navegam ora à distância de léguas ora à vista e nunca perdendo os enfiamentos da costa. São o farol e a ronca que marcam verdadeiramente a idiossincrasia das gentes de Esposende.

A memória do “velho castelo” passa a secundaríssimo plano de importância e a sua história funde-se e coabita com a história do farol de Esposende.

Um e outro merecem-nos respeito e reverência. É por isso que não podemos, sob pena de um dia sermos acusados pela indiferença face à perda destas memórias, deixar de aqui nesta Assembleia Municipal manifestarmos a nossa opinião e preocupação quanto ao futuro destes monumentos classificados como Interesse Público em 26 de Fevereiro de 1982.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara

Senhores Deputados

O Forte e o Farol de Esposende consta de uma extensa lista publicada no Diário da República de 12 de Novembro de 2008, como bem a ser passível de alienação, seja através de venda, cedência ou outra figura aí reflectida, por parte do Ministério da Defesa Nacional.

Todos nós sabemos que a melhor forma de preservar um monumento é dar-lhe utilidade e vida. O seu abandono é sempre o pior cenário. A própria manutenção torna-se, muitas vezes, incomportável, daí também entendermos a atitude do Governo em dar outros destinos e valências ao património que já não lhe é útil. Mas, em todos os casos e com enfoque especial para o Forte de S. João Baptista, temos obrigação de alertar o Governo para o que representará para as gentes de Esposende a pura e simples alienação deste património, obrigá-los a renunciar à memória colectiva e, também, à hipótese deste bem deixar de poder ser usufruído pelo público em geral.

Como disse o poeta, não faltará engenho e arte a todos os responsáveis para que este espaço de memória possa continuar a sê-lo por muitos e muitos anos.

Se a sua função inicial foi a defesa da costa contra os piratas e invasores; se, mais tarde, se transformou num baluarte identificativo com a Revolução Liberal; se mais recentemente foi e é a luz que ilumina e guia os nossos mareantes, não será demais pedir que o “velho castelo” continue a olhar pela defesa do nosso litoral. Está inserido no Parque Natural Litoral Norte cuja função primeira volta a ser a defesa da costa, desta vez não contra os corsários ou piratas, mas sim contra os deprecadores do ambiente e atalaia atenta e actuante contra a terrível erosão costeira.

Porque não instalar aí o Centro de Acolhimento ao Visitante do Parque Natural?

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara

Senhores Deputados

Os Grupos Políticos desta Assembleia Municipal, reunidos em plenário de 18 de Dezembro de 2008, depois de reflectirem sobre esta matéria, deliberam apresentar a seguinte Recomendação a dois níveis:

Recomendação à Câmara Municipal de Esposende para que esteja atenta ao desenvolvimento de todo este processo e desde já procure estudar e apresentar ao Governo uma proposta no sentido da dignificação deste monumento, revertendo-o, novamente, num espaço de utilidade pública e que o mesmo possa continuar a fazer parte da idiossincrasia esposendense;

Recomendação ao Governo, através do Ministério da Defesa Nacional, para que qualquer decisão que venha a ser tomada em relação ao Forte de S. João Baptista seja bem ponderada e, acima de tudo, não coarcte a memória de gerações de esposendenses. Não faltaram soluções para que a sua “alma” seja de novo dignificada e continue a figurar com Ex-líbris deste concelho.

Interveio seguidamente José Felgueiras, cuja intervenção a seguir se transcreve:

“Só de há uns tempos para cá é que me venho apercebendo que, o Dr. Carvoeiro, se transforma numa espécie de Pina Manique quando veste a opa da CDU, ou só do PCP, e se põe, por tudo e por nada, como qualquer gajeiro, na gávea da sua nau Catrineta a gritar “Terra á vista! ... Lá está o bando dos hipócritas no areal...o CDS, o PS e o PSD, mancomunados em Esposende, a desfazer as conquistas do insatisfeito Povo de Abril.

Pelos vistos o Sr. Deputado Carvoeiro cedo aprendeu nos manuais marxistas-leninistas, a odiar tudo aquilo que não gravita em volta do excelso umbigo da sua Magnânima Congregação. O jovem Carvoeiro que eu achava que conhecia, como um político talentoso, inteligente, dinâmico, com um ar seraficamente humilde e respeitador, o que lhe dava certa autenticidade, transforma-se num furacão de grau 5, que tudo leva na frente, tudo destrói, quando se lhe põe um microfone á frente, ou se lhe oferece um qualquer ambão onde possa pousar o discurso de ocasião. Pelos vistos, enganaram-se aqueles que, como eu, julgavam que do que ele gosta é de discursar... porque afinal, não é isso que ele quer; o que ele quer é catequizar, e aí, ei-lo, fulgurante, que nem o Padre Vieira a pregar aos índios do Maranhão... nas suas crónicas ou em comunicado, politica e pretensamente esclarecedores, mas perversamente doutrinadores...

É aí, que ele aproveita a embalagem para assumir em pleno o papel de “olheiro do povo”, de guardião das massas oprimidas e desprotegidas e também agora das repescadas famílias endividadas ...

Nessas ocasiões, é certo e sabido que vem mais uma malhadela e todos os outros levam uma roda de hipócritas, mentirosos, manipuladores, fariseus. Numa destas últimas, lá passou o disco riscado! ...

Ora, por muito respeito pessoal que possa ter pelo senhor Deputado, e tenho, não posso continuar a pactuar com esta falta de consideração e com tal aviltamento de relações interpessoais. A política não justifica tudo!

E por isso, não admito, que o Sr. em mais alguma das suas diatribes radiofónicas ou outras arengadas públicas, me inclua directa ou indirectamente no rol daqueles que apelida de “hipócritas”, “mentirosos” e afins.

É que quanto a honestidade política, será bom lembrar-lhe que já tem algumas nódoas que se vão transformando em indisfarsáveis tatuagens de marca.

Já há muito que não fala, o Dr. Carvoeiro, dos Moinhos da Abelheira e do Cemitério das Barreiras, na sua perspectiva, dois importantes pólos de desenvolvimento concelhio, mas acaba agora de actualizar a ementa, com a entrada do Forte de S. João Baptista e a respectiva mobilização do povo, a quem tal monumento tanto diz!

O ponto nº 2 do seu requerimento a esta Assembleia, é um hino á literatura panfletário de bairro revolucionário, que deixa um pobre mortal como eu, de boca aberta!

O Governo da Nação, esse facinora estripador, ao vender este edificio, de elevado valor cultural e histórico, quer fazer a Esposende o que o Nero fez á mãe, pois, alienar este monumento, significa «desentranhar do âmago mais profundo dos Esposendenses um dos seus mais importantes valores identitários». Nem mais!

Gostava de saber se, por acaso o Dr. Carvoeiro não desentranhasse do âmago mais profundo, desentranhava de onde? Do âmago mais ao centro ou mais ao lado? Preservava o esquerdo?

É que por azar, o Forte de tão alto valor identitário, nem está no âmago dos Esposendenses, nem nunca esteve... quanto mais no mais profundo dele! ... Esteve bem e sempre na periferia, pois do profundo, Dr., só conhecemos a pescada do alto!

É preciso ir para a rua, diz alvoroçado, denunciar os hipócritas que aqui se entretêm a manipular as gentes, e lá em cima, ou lá em baixo, conforme a aragem, lá, no centro do Poder, andam de mãos dadas, a leiloar as nossas referências culturais...

Oh Dr. Carvoeiro! ... Ainda bem que o meu amigo não é do tempo em que o Estado ia vender o Mosteiro da Batalha...e a um empreiteiro da altura, ainda por cima!

Sabe quem lhe deitou a mão, não sabe?

Mas agora não há príncipes ricos e muito menos encantados, que nos venham safar...

Portanto, sejamos sérios: o nosso Forte tem hoje o mesmo impacto em quem nos visita, como o que tinha o “Ford Anglia”, aquele bonito automóvel de há uns anos atrás, era conhecido pelo “ora bolas!”, cujo tejadilho era recortado para dentro, dando uma imagem de desencanto a quem o olhava por detrás....

Não confunda, pois, V^a Ex.^a o Forte com a “Ronca”, ou seja o Farol com as suas características e famosas buzinas, que embora mais recente, esse sim, é referência para Esposende, pois, além de original, servia para salvar a vida dos seus mareantes que na costa labutavam pelo pão de cada dia.

Isso sim, faz parte da nossa cultura e da nossa história...

Quanto ao “Forte”, se for ler as actas da Câmara do séc. XVIII ou as Memórias Paroquiais de 1758, verificará que, praticamente, 60 anos depois de ter sido construída, já nem o responsável morava na então fortaleza, que já era considerada obsoleta em termos militares. As chaves tinham sido entregues na Câmara e a aldraba da fechadura estava entre os bens arrolados ... O comentário corrente, na altura era de que as próprias guaritas estavam a cair, e que o que o seu Governador queria era ganhar o soldo, pois nem lá punha os pés....

Pouco tempo depois, em 1806, para construir o cais do Bilhano, desfizeram-lhe as muralhas norte e de leste... e não foi todo abaixo porque o tal cais só foi pensado para ter aquele comprimento...

Cada vez mais abandonado, só pelos anos de 1830, em plena Guerra da Patuleia, é que serviu de sede dos Fochos da Borda Mar, entre a Póvoa e Viana. Era uma espécie de centro de comunicações daquele tempo.

Chegou a ter meia dúzia de peças de artilharia viradas ao mar, nas Guerras Liberais, á espera de um hipotético desembarque das forças Miguelistas...mas nada, nem Miguelistas nem piratas jamais o incomodaram!

As peças foram, então, dar tiros para outra freguesia...

E assim, o Forte, que presumivelmente serviria para nos defender, nunca deu um tiro!...

Mas nós, felizmente, também nunca fomos invadidos...

A barra foi-se afastando, de tal maneira, que as balas daquele tempo nem á embocadura chegavam.

Em termos sentimentais, também é certo que pouco ou nada representa. Isto, porém, não quer dizer que não tenha algum simbolismo. O que não provoca é o tipo de sentimentos agora propagandeados á cidade e ao mundo...

Sr. Dr. Carvoeiro: posso estar a ser injusto. Até sou capaz de admitir que estou a ir longe de mais ... e a preparar-lhe o palco. Mas a verdade é que isto que estou a dizer, nada tem de pessoal; é uma questão de dignidade política, pelo que agradeço restrinja tudo o que venho dizendo, a essa área somente. Nas suas recentes declarações, o meu amigo mantém os mesmíssimos termos acintosos para com os membros dos Partidos aqui representados, pois, para si continuamos a ser uns tristes e uns subservientes, uns hipócritas medrosos. Uns asnos...mas isso só porque não partilhamos da pureza original da excelsa e imaculada CDU ou do PCP. A minha reacção é somente a esta sua inveterada vertente folclórica.

Dr. Carvoeiro: eu sou de esquerda, mas não o sou de agora. De uma esquerda responsável e muito sensível aos problemas sociais. Que acata a disciplina partidária, mas não se submete cegamente a ela.

Mas pelo facto de ser de esquerda, não sou seu Camarada. Da vivência política que tenho desde os meus 17 anos, da cultura que adquiri ao longo da minha vida e da maneira como estou estruturado mentalmente, jamais o seria!

Tudo lhe serve para atacar o Governo, as Autarquias, Instituições, enfim, tudo aquilo o que lhe convém no momento! Não se estará a minar a própria Democracia, desacreditando-a? Porque será que a cegueira politico-partidária e a ânsia de protagonismo, por vezes tolda a inteligência a muito boa gente?

O que move agora o Dr. Carvoeiro, qual Saramago do património cultural, como intérprete da repulsa da população, por o Estado Português querer exercer uma sua legítima prerrogativa? Onde estamos nós?

A população tem mais em que pensar, Dr. Há outras coisas que a afligem mais de perto...todos nós sabemos isso!

O que é que a população perde? Como o Forte está, é que todos perdemos, porque a manutenção daquilo custa dinheiro.

Eu acho muito bem que o Estado se queira libertar daquele peso-morto.

Haja quem pegue nele e o valorize de modo a que Esposende saia beneficiado.

Ou o Dr. acha que o “monumento” deve voltar, a todo o vapor, á posse do Município? Mas para quê? Para depois exigir um espaço de café-concerto; café - debate, café - café; piano-café e café-piano, tudo bem afinado, á mama do erário Camarário?... O Dr. acha que o Poder que tanto abomina, porque não é o seu, deve gastar á tripa forra, para depois o acusar de despesismo faraónico!!!. A Câmara comprar aquilo? Onde vai a Câmara buscar o dinheiro? Vai recorrer á Banca? Quem paga? Nós, concerteza! Nunca ouvi o Sr. Dr. pedir que se comprassem terrenos para construção de casas de renda económica; nunca o ouvi aqui falar na criação de cooperativas de habitação, tão do agrado da organização comunista! Proponha á Câmara ou a esta Assembleia um projecto exequível a apresentar ao Governo, para que aquilo possa ser negociado... e continuar assim, como património municipal.... Antes que os esposendenses morram de desgosto!

Ou o Sr. está como a Dr.^a Manuela Éfe-Éle que, quando lhe perguntaram, na Assembleia da República, quais as soluções que tinha para que um determinado Orçamento deixasse de ser “despesista”...ela, com aquela carinha de Senhora da Piedade, retorquiu com desértica secura: - Não tenho nada que responder, eu não sou Governo!

Ao menos seja útil e uma vez solidário.

Porque assim também poderá afirmar a actualidade e universalidade das suas convicções, que terão legitimidade enquanto não ferirem a dignidade dos outros.”

Interveio seguidamente, e em defesa da honra, Manuel Carvoeiro, cuja intervenção a seguir se transcreve:

“Caro colega desta Assembleia, Sr. José Felgueiras, devo-lhe dizer o seguinte: o Senhor estragou o ambiente conforme disse, mas fê-lo de forma desabrida, foi mesmo nomeado, parece-me, o avançado da bancada do PS para estragar o ambiente. É com grande regozijo, devo-lhe dizer, ver que o senhor elegeu como figura desta Assembleia o Manuel Carvoeiro. Agradeço-lhe! Pensei, antes, que iria dirigir toda a sua atenção para o senhor Presidente da Câmara. Mas não foi assim Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Esposende, desta vez, o alvo foi a força minoritária nesta Assembleia, e sabe, Senhor Presidente, fez a sua intervenção através de um discurso oco, um discurso sem sentido e ressabiado. O seu problema, senhor Presidente da Junta de Esposende, com todo o respeito que tenho por si, e sabe que tenho, é que o seu discurso, foi aqui claramente vazio de conteúdo e politicamente maldoso. Sr. José Felgueiras, o Senhor mostrou aqui uma atiçada inveja por não ser o primeiro a estar na praça pública a defender os Esposendenses que, de facto, lhe deram o seu voto. Dilatou aqui, Senhor José Felgueiras, um fel politicamente odioso contra o Carvoeiro e embrulhou esse fel num discurso requentado e profundamente anti-comunista, estragando o ambiente de uma forma completamente desastrosa. Senhor José Felgueiras, devo dizer-lhe que, por muito que destile esse fel odioso e amargo contra o Carvoeiro, eu continuarei, apesar de tudo o que o Sr. disse nesta Assembleia, porque o tenho feito desde a mais tenra idade, a lutar e a defender Esposende e os Esposendenses, seja nos microfones da rádio, nas páginas dos jornais, nas manifestações e no movimento associativo onde tenho assento, e não é uma intervenção completamente desastrada que colocará termo à intervenção e acção política do Manuel Carvoeiro. Terá, Senhor José Felgueiras, que dizer aos Esposendenses, que aqui não estão a assistir a esta Assembleia, Em Forjães, recordo-me, quando chegámos a acordo e consensualizámos uma proposta de atribuição de subsídio ao Fórum Esposendense, Fórum

que de resto tem no seu logótipo o Forte de S. João Baptista, associação da qual o Sr. Também faz parte, fiz uma intervenção, o Dr. Neiva recorda-se, tendo aceitado democraticamente a censura que foi expendida pelo grupo do PSD sobre tal intervenção. Aqui, também houve uma recomendação assumida por todos para defender o Forte, mas o Sr. acabou por a estragar completamente com a sua intervenção. Que defende, no fundo, a alienação e a venda do forte S. João Baptista.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Esposende, José Felgueiras, o senhor veio aqui, de forma politicamente oportunista, tentar ganhar alguns pontos. Não ganhou! É preciso que a imprensa diga o que o senhor afirmou aos microfones desta Assembleia. O senhor, ficou claro, é, enquanto Presidente da Junta de Esposende, a favor da alienação deste Forte e os Esposendenses têm que saber isso. Foi feita, aqui, uma intervenção profunda, em termos históricos, do Dr. Albino Neiva, que vem, de alguma forma, cimentar aquilo que eu disse no meu comunicado.

Senhor José Felgueiras, esta é a minha posição e aceite-a democraticamente. E que fiquem os Esposendenses a saber que o senhor quer vender este Forte, certamente para uma discoteca ou outras coisas, quiçá, análogas ou parecidas.

Mesmo assim, Senhor Presidente, quero dizer-lhe que, apesar de tudo, o continuarei a respeitar.

Interveio seguidamente o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, cuja intervenção a seguir se transcreve:

“Estamos a finalizar mais um ano de trabalhos desta Assembleia e eu gostaria de deixar aqui, antes de terminar esta última Assembleia do ano, duas observações.

A primeira tem a ver com uma palavra de agradecimento a todos vocês pela forma como temos funcionado, sempre num amplo debate de confronto de ideias e no respeito democrático por aquilo que cada um defende para a sociedade portuguesa. Acho que é salutar e devemos fazê-lo sempre, como aconteceu nestas duas últimas intervenções, no respeito pela pessoa e dentro de um sentido de respeito humanista e isso, enquanto Presidente desta Assembleia, quero aqui manifestar o meu agradecimento a todos os grupos.

A segunda observação tem a ver com a preocupação, enquanto homem político, que eu hoje sinto, e gostaria de fazer um apelo às vossas consciências, porque nós somos políticos, para a nossa co-responsabilidade na situação que hoje se vive no país. Primeiro, a situação chegou onde chegou, ou por acção de quem exerce o poder ou por inacção de quem está na oposição. E era esta reflexão que eu queria fazer, porque pela primeira vez na minha vida eu assisto na sociedade portuguesa a situações que não vi aquando das bandeiras pretas em Setúbal, na altura. Eu fui deputado por Setúbal e assisti àquilo que era a fome das pessoas. Meus senhores, hoje está muito pior. Eu vejo hoje na rua carros a pararem e ir ao caixote do lixo. O que se passa hoje no país é uma pobreza envergonhada, que atinge a classe média. Eu não estou a fazer uma intervenção por ser do PSD e quem governa ser do PS, estou a fazer uma intervenção apelando às nossas consciências de homens políticos para que saibamos tirar daqui as respectivas ilações e saibamos fazer um acto de contrição e fazer com que o próximo ano seja melhor, até porque é um ano de eleições. Não há dúvida nenhuma que aquilo que se passa hoje é francamente assustador. Aconselho-vos a falar com os Presidentes das Misericórdias, perguntem o que é que se passa hoje, há alguns Presidentes que já não querem

identificar as pessoas porque elas se sentem tão envergonhadas e para poderem ter uma refeição deixam livremente as pessoas entrarem para terem essa refeição.

Meus senhores, é preciso que a política consiga eliminar de uma vez por todas três questões fundamentais, três atitudes e comportamentos que são inaceitáveis numa sociedade que tem carências.

A primeira é a propaganda. Eu não posso aceitar e sinto-me mal com a minha consciência, sinto vômitos ao ouvir discursos na televisão dizer que nós ainda estamos bem, que não somos dos piores, e eu saio a porta, e vejo o que se passa nas famílias e o que se passa nas pessoas. Não podemos esquecer, por muita propaganda que queiramos fazer e seja quem for o governo que afirme sistematicamente que estamos bem, que a crise é ultrapassável quando há crise e temos que reconhecer, temos é que encontrar factores de mobilização na sociedade portuguesa para ultrapassar essa crise, não é escondendo, porque quem vive mal fica incomodado.

Não há dúvida nenhuma, estamos a chegar ao fim de quatro anos de um governo de maioria absoluta, o desemprego cresceu, o PIB não cresceu, a dívida pública aumentou e os números oficiais são de 65%, mas há mais 10% de dívida pública que está camuflada nas chamadas empresas públicas, o que dá 75% ou mais. A dívida externa é superior ao PIB, mas se nós considerarmos a dívida oculta que vem por efeito, por exemplo das SCUTS, são todos esses factores que nos levam a que, associado a um outro aspecto mais preocupante – é que a agricultura em Portugal destruiu-se, não é só neste governo, mas é inclusive de meus governos, mas mais recentemente, procurando ser um bom aluno da Comunidade, destruímos a economia familiar e sem agricultura e sem economia familiar e sem aproveitamento do mar, nós damos uma machadada sobretudo naqueles que estão longe do poder.

Vive-se em Portugal um discurso dirigido quase e só para cerca de um milhão e trezentos mil activos que tem o salário assegurado, esquecendo aqueles que têm salários baixos, que sistematicamente vão para o desemprego e que não sabem o será o dia de amanhã, porque o patrão pode fechar a fábrica no dia seguinte, que é o sector privado.

Vejam, na Administração Pública há cerca de setecentos mil, nas empresas públicas que também têm o seu salário assegurado há cerca de cento e cinquenta mil, nas empresas que fornecem o Estado há para aí duzentos mil, e se nós somarmos isto tudo, temos uma camada da população que vive à volta do poder e que, de facto, a crise atinge menos. Mas o problema são aqueles que trabalham no sector privado, que, quer sejam nacionais ou internacionais, fecham a porta e vão embora, e é neste sentido que faço este apelo para que, de facto, esta arrogância não exista. E eu confesso-vos, muito sinceramente, já o defendi publicamente e continuarei a defender, nunca mais quero ver maiorias absolutas em Portugal, porque é o pior que pode acontecer, não há diálogo, impõem-se. Vocês, em retrospectiva, vejam o que aconteceu com o Orçamento, pelo menos por uma consideração pequena, poderia o Governo aceitar uma ou outra medida, mas nem a esse luxo se deram.

Vejam o que se passou aqui com o Plano de Ordenamento do Litoral, querem mais exemplo de arrogância? Mais, eu peço encarecidamente à Câmara que faça uma análise jurídica, porque se diz no diploma que o Município foi ouvido e eu sinto-me, nos termos da Lei, parte integrante do Município, sendo que das duas uma: ou é obrigatório e pedimos a inconstitucionalidade, ou não é obrigatório e peço que seja organizado um processo-crime ao Governo, por difamação, no Diário da República, ao Município de Esposende.

A insensibilidade, eu não estou a colocar estas três questões – propaganda, arrogância e insensibilidade – só na questão do Governo, estou a colocá-la no quadro do exercício político

para que nós saibamos. Nós hoje sentimos que a credibilidade do país está a descer, a credibilidade das instituições está a descer, mas de quem é a culpa? É nossa. Quantos de nós muitas vezes no café, aqui e ali, acusamos os políticos disto e daquilo? Caros deputados, isso é o pior que vocês podem fazer à Democracia, eu chamo insensibilidade política à génese do nosso lugar, à nossa raiz de representatividade.

Eu apelava também que neste ano que se aproxima, e que é um ano de confronto de ideias e de projectos, o façamos com dignidade, o façamos numa lógica de sermos sensíveis àquilo que são os sentimentos das pessoas e não brincarmos com os sentimentos delas. Porque eu lembro que foi em 1995, quando o Dr. Fernando Nogueira reage ao discurso do Dr. Manuel Monteiro, que começou a decadência na falta de respeito pelas instituições políticas. Se o Dr. Fernando Nogueira, na altura, não tivesse respondido e tivesse assumido frontalmente, não teríamos chegado onde hoje chegamos. Porque não é produzir mais leis, evocando mais aspectos que se pode governar Portugal e mobilizar as pessoas para o momento de crise que aí se aproxima.

É no fundo este apelo que aqui deixo, não de um ataque ao Governo como se pode depreender, mas sim uma crítica ao Governo, acho que há defeitos que tem que corrigir. E a nós, uma crítica a nós próprios, aos nossos partidos, aos nossos dirigentes, que sendo incapazes de ser pró-activos, de apresentar soluções e de mostrar que são alternativa, que nós chegamos a uma situação destas. Eu tenho muito receio, confesso-vos, das tensões sociais que se vão viver. Há assaltos hoje que eu nunca pensei que pudessem acontecer abertamente à luz do dia, já entram dentro de casa com detectores de metais para saber onde é que estão as jóias. Isto chegou a um nível de sofisticação que assisti há quinze anos em S. Paulo, mas nunca pensei assistir em Portugal. É preciso que o governo olhe para isto, que olhe para a segurança, mas é preciso também que nós saibamos, na nossa participação política, alertar quem governa, que não está bem e que não é assim. Eu fiquei chocado que a Comunicação Social perdesse uma semana a discutir que alguém na Madeira colocou uma bandeira nazi, esquecendo que os portugueses estão cheios de problemas e ninguém discute porque é que há desemprego. Como é que vamos sair da crise? Que soluções? Francamente, é este apelo à consciência de político que eu vos peço. Ao terminar este ano eu gostaria de deixar este apelo, porque vem aí um ano de eleições e saibamos colocar as nossas ideias, os nossos projectos, e que ganhem as propostas que sejam melhores.”

Sendo dezoito horas e trinta minutos, por proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal foram os trabalhos suspensos por dez minutos para que sejam analisados os assuntos a serem votados e que foram apresentados no período de antes da ordem do dia.

Sendo dezoito horas e quarenta minutos foram os trabalhos reiniciados, encontrando-se presentes os mesmos elementos com que se haviam iniciado os trabalhos.

COLOCADA À VOTAÇÃO A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA POR MANUEL CARVOEIRO – AVALIAÇÃO DO PROJECTO ESPOSENDE MUNICÍPIO EDUCADOR - FOI A MESMA REJEITADA, COM 33 VOTOS CONTRA E 1 VOTO A FAVOR.

O Grupo parlamentar do PSD apresentou a seguinte declaração de voto, a qual foi também subscrita pelo Grupo parlamentar do PS: “Votamos contra porque no Concelho de Esposende já existe um órgão, concretamente o Conselho Municipal de Educação, com competência nesta

matéria não se justificando a duplicação ou sobreposição de papéis.”.

COLOCADA À VOTAÇÃO A PROPOSTA APRESENTADA POR MANUEL CARVOEIRO – SUPORTE DE DESPESAS COM JANTAR DE NATAL -, FOI A MESMA REJEITADA COM 33 VOTOS CONTRA E 1 VOTO A FAVOR. -----

COLOCADO À VOTAÇÃO O VOTO DE PROTESTO APRESENTADO PELO PSD – PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE – FOI O MESMO APROVADO COM 25 VOTOS A FAVOR, 1 ABSTENÇÃO E 8 VOTOS CONTRA.

O Grupo Parlamentar do PS apresentou a seguinte declaração de voto: “Votamos contra porque não é verdade que aprovou o projecto de Plano tenha alguma vez funcionamento irregularmente e também não é verdade que a totalidade das propostas apresentadas por esta Assembleia Municipal não tenham sido acolhidas, basta que se veja, a título de exemplo, todo o capítulo relativo à área marinha e estuária, o qual foi reescrito no sentido de acolher aquelas sugestões.”.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a seguinte declaração de voto: “Acompanhei o sentido de voto do Grupo Parlamentar do PSD, votando a favor deste voto de protesto, uma vez que, em todos os processos de participação democrática nunca assisti, como neste caso, a um tamanho confronto com o Poder Local.”.

COLOCADA A VOTAÇÃO A RECOMENDAÇÃO SOBRE O FORTE DE S. JOÃO BAPTISTA, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE. -----

Foi presente na sessão a partir deste momento o deputado municipal António Manuel Rossas Pereira, cuja falta até ao momento foi considerada justificada.

02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Foi presente a informação escrita do Presidente da Câmara, apresentada pelo mesmo.

Durante a apresentação da sua informação deu a conhecer a informação prestada pelo Tribunal de Contas que, relativamente as Contas de Gestão de 2001, o Ministério Público decidiu não desencadear qualquer procedimento. Deu ainda a conhecer o ponto da situação do Polis Litoral Norte, designadamente o facto de com o Regulamento do Parque Natural Litoral Norte, grande parte das intervenções no Município de Esposende a cargo da Sociedade Polis Litoral Norte, virem a ser goradas, pelo que poderá vir-se a ter de reequacionar a posição do Município de Esposende na Sociedade. O senhor Presidente da Câmara abordou ainda algumas questões colocadas no período de antes da ordem do dia.

Interveio seguidamente o senhor Presidente da Junta de Marinhas, tendo referido que em Novembro de 2007 houve uma reunião na Casa de Serralves onde foi informada a senhora Vereadora de que a partir de dois de Dezembro podiam avançar com a candidatura dos Centros Escolares sem necessidade de apresentar projecto.

Mais referiu que foi noticiado na Esposende Rádio uma notícia em que era dado a conhecer que o Presidente da Junta de Marinhãs tinha apresentado uma queixa contra o senhor Presidente da Câmara e que a mesma não corresponde à verdade, até porque não irá cometer o erro que o Dr. Tito cometeu, o de várias vezes fazer queixa de situações que eram meras querelas políticas.

Referiu ainda que apresentou sim uma defesa, enquanto cidadão, no âmbito de um processo de contra-ordenação que lhe havia sido instaurado, ou seja, não moveu qualquer acção contra o senhor Presidente da Câmara Municipal.

Interveio seguidamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal tendo referido que se torna urgente efectuar um levantamento dos efeitos decorrentes da aplicação prática do Regulamento do Plano de Ordenamento do PNLN e que se deveria efectuar a publicação desse documento.

Seguidamente interveio Manuel Carvoeiro tendo colocado um conjunto de questões, designadamente, se a Bradança é uma instituição pública, particular ou cooperativa; Se no site da Câmara Municipal continuam a não estar publicados os documentos de prestação de contas como pode a informática da Câmara estar certificada; Se o senhor Presidente da Câmara não deitou foguetes antes da festa relativamente ao Polis Litoral Norte; Relativamente à deslocação do senhor Presidente da Câmara a Fonte Boa se não seria preferível colocar já tubagens de saneamento básico nos arruamentos que estão a ser intervencionados e; Relativamente ao Estudo de Desenvolvimento Estratégico quando é que ele vem à luz do dia.

Interveio Pedro Saleiro que referiu que está disponível para aferir o impacto da totalidade dos efeitos do Plano de Ordenamento do PNLN.

Mais referiu que não deve ser tentado ridicularizar o Plano até porque é melhor ter um plano do que nenhum, mesmo que este não seja o melhor.

Disse ainda que defende que deve existir um Parque Nacional, que o ICNB deve aqui ter um papel fundamental, que deve existir um plano e que, a título pessoal, é a favor deste plano.

Continuando no uso da palavra disse que o confronto institucional não deve ser usado, tendo dado como exemplo o facto de o senhor Presidente, pese embora ainda não se tenha avançado com o Polis Litoral Norte e já se estar a ameaçar sair da sociedade, sendo certo que este clima de chantagem não é vantajoso, nem deve nunca centrar-se a crítica em termos pessoais como se tem vindo a fazer neste processo do Plano.

Ainda no uso da palavra colocou um conjunto de questões, designadamente, quando é que está pronto o estudo de Desenvolvimento Estratégico; Quando está concluída a revisão do PDM; Relativamente ao Polidesportivo no Campo de S. Miguel em Marinhãs, porque é que a Câmara Municipal não tem uma posição mais cooperante com a Junta de Freguesia local.

Interveio seguidamente o senhor Presidente da Câmara tendo referido que houve efectivamente uma cerimónia no Porto onde esteve presente a senhora Ministra da Educação e onde esta disse que ia haver alterações nas candidaturas dos Centros Escolares e, na sequência dessa informação, foi de imediato contactado o Ministério da Educação de onde se obteve a

informação de que ainda nada sabiam a esse respeito, havendo ainda de acrescentar a este respeito que os prazos eram tão curtos que não dava tempo para qualquer tipo de alteração. Continuando no uso da palavra referiu que não há nem houve, nem haverá qualquer tipo de perseguição política, seja a quem for, o que depreendeu das declarações do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Marinhãs é que, quando este disse que iria defender-se nos locais próprios, depreendeu que seria no Tribunal.

Relativamente à Bradança referiu que é uma instituição particular que sempre foi apoiada pela Câmara Municipal.

Quanto ao site da Câmara, referiu que a certificação de qualidade nada tem a ver com a situação em concreto, uma vez que o que decorre da auditoria externa é que os serviços municipais estão em condições de serem certificados e foram-no e o site só ainda não está carregado com toda a informação necessária porque, como já informou, está a ser objecto de reformulação e estará concluído muito em breve.

Relativamente à Freguesia de Fonte Boa referiu que é uma freguesia que tem uma rede viária em mau estado pelo que era necessária e urgente uma intervenção. Mas, caso se optasse agora pela colocação de tubagens implicaria um investimento na ordem dos dois milhões de euros, valor este incomportável neste momento, pelo que havia que optar entre manter a rede viária sem qualquer intervenção até que houvesse disponibilidade financeira para a colocação da totalidade das infra-estruturas ou avançar agora com esta intervenção que todos reconhecem ser urgente.

Continuando no uso da palavra referiu que o Estudo Estratégico de Turismo foi encomendado ao IPCA e o relatório preliminar que lhe enviaram e que leu com muito cuidado, estava longe do que havia sido pedido, razão pela qual foi devolvido para ser reformulado e completado, uma vez que o que lhe foi apresentado tinha um bom diagnóstico do presente mas ficava muito aquém do desejado quanto ao planeamento para futuro. Assim sendo, enquanto o trabalho a realizar não estiver concluído com a qualidade que se pretende não o apresentará.

Quanto à revisão do PDM referiu que efectivamente o processo tem sofrido alguns avanços e recuos, grande parte deles por razões a que a Câmara Municipal é alheia, desde alteração na equipa que estava a avaliar o projecto, até alterações legislativas, como aquela que veio exigir a apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental, sendo que, sempre que o processo fica na dependência da Câmara, de imediato são apresentados os trabalhos e os elementos pedidos, estando agora numa fase que se encontra fora da alçada municipal.

Relativamente ao Polidesportivo de Marinhãs referiu que a Junta de Freguesia pediu a aprovação de um projecto, pedido este que não pode legalmente ser apreciado dado que existem problemas registrais com o prédio, nomeadamente quanto à titularidade do direito de propriedade de certos artigos que se encontram no mesmo registo. E, pese embora a Câmara Municipal desde sempre tenha disponibilizado os serviços municipais para dar apoio da regularização do processo, tendo inclusive apresentado minutas dos documentos a tratar, certo é que a Junta de Freguesia nunca procedeu, nem manifestou vontade de proceder à necessária

regularização.

Relativamente ao Polis Litoral Norte referiu que não se trata de qualquer ameaça ou chantagem, contudo, a Câmara Municipal, terá de ter presente e avaliar da pertinência em se manter na sociedade, uma vez que os projectos que estão previstos para serem realizados em Esposende são exclusivamente da esfera de responsabilidade da administração central, logo, não faz sentido, se assim se mantiver, que o Município esteja a comparticipar em obras da exclusiva responsabilidade de outrem. E, caso se mantenha o quadro como está a ser apresentado, o Município ficará altamente prejudicado, desde logo porque não avançou com candidaturas autónomas para obras que entendia serem pertinentes realizar e agora vê-se confrontado com o facto de as mesmas não virem ou puderem não vir a ser incluídas no âmbito dos projectos a levar a efeito pela sociedade.

Interveio seguidamente o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Marinhãs que referiu que não existem quaisquer dúvidas de que a Freguesia é proprietária do campo de S. Miguel e, sendo o polidesportivo de Marinhãs o mais utilizado, entendeu-se por bem deslocar o mesmo.

Continuando no uso da palavra disse que em tempos pediu à Câmara que lhes elaborasse o projecto para apresentar à CCDRN e o Dr. Jorge Cardoso lhe disse que os serviços técnicos estavam muito ocupados, pese embora se verifique que alguns técnicos têm prateleiras douradas porque o trabalho que produzem é zero. Disse ainda que se as restantes freguesias estivessem nesta situação certamente o projecto já estaria aprovado.

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

De seguida, entrando-se no período da ordem do dia, foram apreciados e votados os seguintes assuntos, constantes da agenda de trabalhos: -----

03.01 – ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2008 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente a acta da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e nove de Setembro e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ACTA DA ÚLTIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Abstiveram-se Célia Maria Castanheira e António Viana da Cruz por, conforme declararam, não terem estado presentes. -----

03.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

03.03 – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO – ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL. -----

Foi presente em sessão ofício da Comunidade Intermunicipal do Cávado onde é solicitado que a Assembleia Municipal de Esposende promova a eleição dos seus representantes naquela Comunidade. Fica arquivada cópia da documentação referida junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Foi apresentada proposta, a qual apresenta a seguinte constituição:

“Os Grupos Políticos desta Assembleia Municipal, abaixo subscritos, apresentam a seguinte lista à Comunidade Intermunicipal do Cávado:

Efectivos

- 1 - António Fernando Couto dos Santos
- 2 - Manuel Fernando Torres Arezes
- 3 - António Maranhão Peixoto
- 4 - João Maria de Sousa Nunes da Silva
- 5 - Luís manuel Areia Loureiro Basto

Suplentes

- 1 - Manuel Albino Penteado Neiva
- 2 - Manuel Joaquim Marques Peres Filipe
- 3 - Nuno Filipe Cangostas Teixeira Lopes
- 4 - Ana Margarida Ferreira Morgado
- 5 - Orlando Martins Capitão

Interveio Manuel Carvoeiro tendo referido que, em seu entender, esta lista deveria ter representação de todos os grupos políticos com assento nesta Assembleia.

Colocado o assunto a votação, e tendo presente que só podem votar os membros directamente eleitos:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, COM 19 VOTOS A FAVOR E 1 VOTO CONTRA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTA E, ASSIM, DESIGNAR OS REPRESENTANTES ALI INDICADOS PARA FAZEREM PARTE DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO. -----

03.04 – PORTO E NORTE DE PORTUGAL – ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO – INTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – PROPOSTA. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 23 de Outubro de 2008, solicita à Assembleia Municipal que esta autorize o Município de Esposende a integrar a Entidade Regional de Turismo “Porto e Norte de Portugal”. Fica arquivada cópia dos mesmos junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, AUTORIZAR O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE A INTEGRAR A ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO “PORTO E NORTE DE PORTUGAL”. -----

03.05 – JUNTA DE FREGUESIA DE APÚLIA – POSTURA DE TRÂNSITO – PROPOSTA. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 23 de Outubro de 2008, solicita à Assembleia Municipal que aprove a postura de trânsito da freguesia de Apúlia. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da acta da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.

No período da discussão interveio Orlando Capitão tendo então referido que, da documentação que foi distribuída não é possível aferir se esta proposta foi ou não aprovada pela Assembleia de Freguesia de Apúlia, aprovação esta exigida pela alínea j) do nº 2 do artigo 17º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, e lamenta o facto até porque teve de obter essa informação por iniciativa própria, e só pelo facto de a ter obtido é que o sentido de voto será favorável. -----

Colocado o assunto à votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A POSTURA DE TRÂNSITO DA FREGUESIA DE APÚLIA. -----

03.06 – ESPOSENDE 2000 – ACTIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M. – ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS – PROPOSTA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 11 de Dezembro de 2008, foi presente na sessão proposta desta no sentido de que seja aprovada pela Assembleia Municipal a alteração aos Estatutos da Esposende 2000 - Actividades Desportivas e Recreativas, E.M.. Fica arquivada cópia da documentação referida junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.

No período da discussão do presente assunto, Orlando capitão referiu que, em situações futuras

e análogas, deverá a proposta indicar expressamente quais as disposições que são alteradas.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA ESPOSENDE 2000 – ACTIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M., NOS TERMOS EM QUE FORAM APRESENTADOS. -----

03.07 – DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO NA FREGUESIA DE CURVOS – PROPOSTA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 11 de Dezembro de 2008, foi presente na sessão proposta desta, com o seguinte teor:

“O Município de Esposende adquiriu, em 18 de Agosto do corrente ano, a António Nuno da Silva Gonçalves e mulher Sílvia Maria Martins Neto Gonçalves, residentes na Rua de S. Miguel, freguesia de Curvos, concelho de Esposende, uma parcela de terreno com a área de 626,70 m², a confrontar de Norte e Poente com António Nuno da Silva Gonçalves, de Sul com Estrada Municipal e de Nascente com Bairro Social, a desanexar do prédio inscrito na matriz predial rústica daquela freguesia sob o art.º 881 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Esposende sob o n.º 624/030303 de Curvos, para integrar o domínio público municipal, aquisição essa titulada por Escritura Pública exarada a folhas 97 e seguinte do Livro de Notas do Notário Privativo da Câmara Municipal de Esposende n.º 70.

Pretende o Município de Esposende proceder à alteração da operação de loteamento da nova área urbana de Curvos, sita na Quinta das Vicências daquela freguesia, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 15/97, de 14 de Julho de 1997, para ampliação dos lotes de terreno destinados a construção urbana números 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24.

Considerando que a área a integrar no domínio público municipal já não têm utilidade pública, não se justificando, por conseguinte, a sua integração em domínio dessa natureza, PROPONHO que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 64º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, solicite autorização à Assembleia Municipal para desafectar do domínio público municipal a parcela de terreno supra descrita, e melhor identificadas em planta topográfica anexa.” -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, AUTORIZAR A DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO, PARA INTEGRAR O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, A PARCELA DE TERRENO INDICADA NA PLANTA ANEXA, DADO QUE CONCORDA COM OS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA. -----

03.08 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, LIMPEZA E HIGIENE URBANA – PROPOSTA. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 23 de Outubro de 2008 solicita à Assembleia Municipal aprove a versão final do projecto de Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos, Limpeza e Higiene Urbana. Fica arquivada cópia do mesma junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Durante o período da discussão do presente assunto interveio o deputado Orlando Capitão, cuja intervenção vai ser transcrita:

“O Grupo Político Municipal do CDS/PP vai votar favoravelmente, mas alerta para dois pontos:

1.º - É indispensável corrigir um lapso que se encontra em várias alíneas dos três números do artigo 22.º.

É que a referência ao artigo 20.º nas alíneas a), b) e c) está errada. Essas alíneas não são desse artigo, mas do artigo 16.º.

O mesmo acontece com o n.º 2, ao referir a alínea b) do n.º 1, que também não é do artigo 20.º, mas do 16.º.

E ainda: o n.º 5 desse mesmo artigo começa por mencionar o artigo 26.º e acaba por voltar a referir o artigo 20.º, quando, em ambas as situações, continua a tratar-se do artigo 16.º.

2.º - No projecto de Regulamento que passou pela Comissão Central desta Assembleia, o n.º 2 do artigo 36.º fixava em 10 m³ o limite máximo do volume de entulhos, provenientes de obras, que a Câmara poderia remover a pedido do empreiteiro. A proposta de Regulamento agora em apreciação fixa esse limite em apenas 1 m³.

Pergunto: 1 m³ de entulhos resultantes de obras não será demasiadamente baixo?”

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 27 VOTOS A FAVOR E 8 ABSTENÇÕES, APROVAR O REGULAMENTO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, LIMPEZA E HIGIENE URBANA. -----

03.09 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2009 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO / MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2009. -----

De harmonia com deliberação do órgão executivo municipal, tomada em reunião realizada no passado dia treze de Dezembro foram presentes na sessão as propostas de plano plurianual de investimentos, plano de actividades municipais e orçamento da receita e da despesa da Câmara Municipal, para o ano de 2009. Foi ainda presente na sessão Mapa de Pessoal para o ano de 2009. Fica arquivada cópia dos mesmos junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Durante o período da discussão do presente assunto interveio o deputado João Nunes, cuja intervenção vai ser transcrita:

“Senhor Presidente da Câmara, depois de ouvir V.Exca. explicar que a receita prevista em Venda de Bens de Investimento, que rondam os 10 milhões de euros, não é para ser considerada como tal, porque, como disse “nem sequer haverá bens para se alcançarem tais valores”, o Partido Socialista só por esta sua declaração, encontra desde logo motivos para votar contra os documentos em análise.

No entanto, estes documentos previsionais, merecem-nos a seguinte abordagem:

A zona euro está em recessão. Estados Unidos, Japão, Inglaterra, e tantos outros países desenvolvidos, estão em recessão. Portugal está à beira da recessão. A Islândia faliu.

O Senhor Presidente da Republica já preveniu que 2009, será “um ano nada fácil”.

A Dr.ª Manuela Ferreira Leite diz que o País não tem dinheiro para nada. Nem para obras e muito menos para aumentar a função pública em 2,9% e crescer o salário mínimo nacional para 450€ mensais. Por estes factos, até mimou o Primeiro-ministro afirmando que tal acto “roçou o nível da irresponsabilidade”

A imprensa martiriza o cidadão com perspectivas de futuro muito sombrias. Os oráculos nacionais e os importados, prevêem um advento de desgraças, desemprego, fome e falências. Tal como na Nau Catrineta, lá voltaremos a ter que pôr a “sola de molho, para o outro dia manjar”.

A crise, que é real, bate à porta dos países desenvolvidos e emergentes, apesar do vigoroso esforço dos governos de todo o mundo em injectar dinheiro nas economias.

O Governo de Portugal, insiste em dar confiança aos agentes económicos, anuncia uma taxa de crescimento do PIB de 0,6% e os Partidos da Oposição votam contra o Orçamento do Estado, porque entendem que a economia nem 0,1% crescerá. A recessão espreita.

Diante de tão mau augúrio, e na expectativa de uma catástrofe económica, como a oposição ao governo, tão delirantemente prevê, confessamos que aguardávamos com alguma expectativa o Orçamento e os Planos do Município de Esposende para 2009.

Os Documentos agora em análise, não desiludem ninguém. Um orçamento com cheirinho a eleições, não credível, quase uma imitação do ano anterior, irrealista como de costume, digamos que... é um orçamento tipo Arca de Noé, onde tudo e todos cabem. Há excesso de optimismo, muita fantasia e mal se sabe de onde virá tanto dinheiro.

Se a nível nacional, a oposição se incomodou, praguejou e acusou o governo de “orgia do consumo” e de “orçamento de luxo asiático” só porque a previsão de crescimento do PIB apontava para 0,6%, que adjetivos terão que ser encontrados para classificar este Orçamento do Município de Esposende, que prevê um crescimento total na ordem dos 17%? É verdade, ouviram bem, dezassete por cento.

As despesas são superiores às receitas, e o endividamento do Município de Esposende, atingirá em finais de 2009, números muito preocupantes. Esposende está a endividar-se para o futuro. Se não se estancar este apetite voraz pelo recurso ao crédito, se continuarmos a permitir que se gaste desalmadamente em despesas desnecessárias, se não se põem travão aos subsídios e transferências correntes, corre-se o risco de a médio prazo, quem para cá vier, apenas consiga ter recursos financeiros para pagar as dívidas dos seus antecessores.

Lembro a recente (15 dias talvez) exigência da Banca ao Município de Esposende, de uma Carta de Conforto em relação ao empréstimo contraído pela Esposende Ambiente, de cerca de 5 milhões de euros.

Em finais de 2009, só a Bancos, as dívidas da responsabilidade do Município, rondarão os 15 milhões de euros. Se acrescentarmos mais 4 milhões a fornecedores, significa que os próximos anos, estão seriamente hipotecados. Esta é a verdadeira política de “quem vier atrás que feche a porta”.

E este não é o caminho, este não é o futuro, que desejamos para os nossos filhos.

E é por isso que apelamos ao bom senso, ao consumismo refreado, ao respeito pelo dinheiro de todos nós, à gestão equilibrada e à preparação do futuro sem deixar tremendos embaraços aos vindouros.

Com a actual conjuntura, fazer investimentos, gastar desmesuradamente o dinheiro público, distribuir subsídios, mas ter que recorrer ao crédito bancário, exige muita prudência e realismo. E estas qualidades, parece não terem sido bem avaliadas pelo Município de Esposende. Há que mudar comportamentos, mesmo que o próximo ano, seja um ano de eleições. Somos e seremos sempre a favor do “bom investimento”, mas realismo, precisa-se. Estamos certos que este Orçamento não será exequível. Nem na Receita nem na Despesa, e, está desde já assegurada a rotineira rectificação ou, em linguagem mais rigorosa, a revisão ao orçamento.

Quando em 20 de Dezembro de 2007, analisamos o Orçamento para o corrente ano, garantimos então que uma das certezas que tínhamos, consistiria na renovação para 2009 de muitíssimos objectivos apontados como realizáveis em 2008.

É o próprio Município quem reconhece que 2009 apenas servirá para iniciar ou concluir promessas de 2008.

Há apenas uma novidade neste Orçamento: a subscrição das duas primeiras prestações do capital da sociedade Polis Litoral Norte. É com recurso ao crédito, mas é por uma boa causa. Não podemos deixar de mais uma vez reiterar o nosso desagrado quanto ao não envolvimento das oposições, e completando tudo quanto anteriormente afirmámos, acrescentaremos o seguinte:

As Receitas Correntes, também não serão conseguidas. Conhecemos a rigidez da lei quanto à previsibilidade das receitas em Impostos, mas atendendo às dificuldades que o País atravessa, aqueles números não serão alcançados. O Concelho precisa de Taxas, Tarifas e Impostos Municipais menos agressivos. O Partido Socialista de Esposende sempre apresentou propostas de taxas de IMI inferiores às praticadas pelo Executivo Camarário.

Quanto a Investimentos, é evidente que, quer como cidadãos deste Concelho, quer como Autarcas, desejamos a concretização dos investimentos publicados. Referimo-nos especialmente àqueles que estão enquadrados no âmbito da Educação – Centros Educativos – e no sector da Habitação Social.

Dizem-nos os números, e esses não costumam enganar, que em 2009, apesar das verbas definidas, quando muito apenas se concretizará 50% do investimento previsto.

Nos últimos anos, mais de metade da despesa, é consumida em Despesas Correntes. É evidente que em termos orçamentais as Despesas Correntes são sempre apresentadas como inferiores às Despesas de Capital, mas, aquando da prestação de contas, a verdade, é que as Despesas Correntes se sobrepõem sempre às Despesas de Capital.

Significa isto que se promete muito em Investimentos, executa-se menos do que o prometido, e gasta-se bastante, em demasia até, em despesas que vulgarmente são conhecidas, como “despesismo”.

*Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, senhores Deputados Municipais, sendo esta a última vez que como Deputado Municipal analiso um Orçamento da Câmara Municipal, permitam-me repetir um parágrafo escrito na Sessão de 30 de Dezembro de 2004 e que se mantém actual: É com grande mágoa que o dizemos, não termos tido oportunidade de analisar e comentar documentos previsionais mais realistas, mais credíveis, mas sinto hoje como antes, que as nossas intervenções nesta Assembleia Municipal, foram críticas mas sérias, contundentes mas verdadeiras, acutilantes mas sentidas.”
Ainda vão ter “saudades minhas”.”*

Seguidamente interveio o senhor Presidente da Junta de Fonte Boa, cuja intervenção a seguir se transcreve:

“Apesar de vivermos em período de crise, o Plano e Orçamento que nos é apresentado, é um documento muito positivo para o desenvolvimento, não só de Fonte Boa, mas de todo o Concelho, razão pela qual votarei a favor.

É também nas dificuldades, que os pequenos e grandes investimentos, motivam todos aqueles que, de boa fé, desinteressadamente, e na perspectiva de servir toda uma comunidade, dá azo a trabalhar com mais vontade e afinco.

O anúncio da sua recandidatura deu-me essa motivação para continuar a trabalhar pela minha freguesia.

Assim, e, neste local quero desde já anunciar, a minha recandidatura nas próximas eleições autárquicas.

Quanto à solução política, para a mesma, deixo-a nas mãos de V. Ex^a, na certeza porém de que poderá contar com todo o meu apoio e estou certo, da grande maioria da população de Fonte Boa.”

Interveio seguidamente Albino Neiva, cuja intervenção a seguir se transcreve:

“Sem dúvida que o Plano de Actividades e Investimento que o Executivo Municipal aqui apresenta reflecte nitidamente a necessidade em conter despesas e, sobretudo saber lidar com a crise fortíssima que assola o mundo e de uma forma especial o nosso país.

É, no entanto, um documento realista e elaborado com os pés bem assentes na terra indo ao encontro com os compromissos já assumidos o que denota desde logo uma gestão cuidada e de grande rigor. Não nos podemos esquecer que nos últimos tempos foram adjudicadas empreitadas de grande valia para o desenvolvimento do concelho, assumiram-se, com o nosso aval, projectos que ficam onerosos para a grandeza do nosso Município - caso do Polis Litoral Norte, não esquecendo que o executivo espera vir a ser contemplado com uma série de candidaturas ao QREN o que obriga a ter verbas disponíveis para o efeito.

Mesmo assim, e em período de grande recessão, o Executivo Municipal não deixa de ser ambicioso nos projectos e nas acções a desenvolver e a implementar no terreno.

Porque é nosso entendimento estar o Executivo a gerir este município com rigor, objectividade e sentido de estado, não poderíamos deixar de aprovar o Plano de Actividades e Investimento da Câmara Municipal para o ano de 2009.”

Seguidamente interveio Manuel Carvoeiro, cuja intervenção a seguir se transcreve:

A Lei n.º 24/98, de 26 de Maio (Estatuto do Direito da Oposição), no n.º 3 do seu art.º 5.º estabelece que os partidos políticos representados nas assembleias municipais que não tenham assumido pelouros nas câmaras, têm o “direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividade”.

Trata-se de um direito de consulta prévia que obriga os detentores do poder a consultar a oposição na elaboração orçamentos e opções do plano.

Ou seja, não se trata de apresentar as propostas quando estas já foram aprovadas ou estão em vias de os ser na Câmara.

É, pois, um direito de consulta prévia com um conteúdo mais amplo, visando permitir sugestões e contributos da oposição.

Ora, ao longo dos anos, a Câmara Municipal de Esposende, de maioria PSD, não tem dado cumprimento a esta estatuição legal.

Omissão que configura, para além do incumprimento da Lei, um flagrante e ostensivo desrespeito da oposição.

E assim tem acontecido apesar de, repetidamente, enquanto deputado municipal eleito pela CDU, ter denunciado, em várias sessões deste Órgão, tal incumprimento da Lei.

Ora, esta omissão que demonstra um teimoso desrespeito da Câmara PSD para com a oposição, para além das consequências legais inerentes, justifica, só por si, o chumbo do Plano e Orçamento para 2009.

Mas, para além das questões legais/formais, importa centrar, também a atenção na substância destes documentos.

Assim, será de questionar qual o realismo deste orçamento, quando no quadro da retracção económica, apresenta um aumento, em comparação com o ano de 2008, de cerca de 4 milhões de euros de receita. Onde vai buscar este dinheiro?

Mas, o mais grave é que não de vislumbram projectos fundamentais para Esposende, tais como a recuperação/construção de um Posto de Turismo, parque municipal, recuperação/construção de uma nova biblioteca. Ademais, apenas em jeito exemplificativo, importa salientar a exiguidade de verbas para material pedagógico – didáctico destinado às escolas do nosso concelho.

Estamos, pois, perante documentos previsionais irrealistas que, na senda do passado, não servem para o desenvolvimento do nosso Concelho e, por, isso contará com o voto contra da CDU.

Intervenção seguidamente Orlando Capitão, cuja intervenção a seguir se transcreve:

“Dada a extensão destes documentos, alguns em letra minúscula, de muito difícil leitura, só entregues no dia 16 para uma reunião do dia 18, com vários outros pontos na ordem de trabalhos, não nos foi possível analisá-los por forma a tomar, em consciência, uma decisão de aprovação ou rejeição.

Vai, por isso, o Grupo Político do CDS/PP optar pela abstenção.”

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, COM 24 VOTOS A FAVOR, 9 VOTOS CONTRA E 2 ABSTENÇÕES, APROVAR OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS E O MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2009.

Os Presidentes das Juntas de Freguesia de Marinhas e Esposende apresentaram a seguinte declaração de voto: “Votamos contra por razões de disciplina partidária e por solidariedade com o restante Grupo Parlamentar do Partido Socialista”.

O Presidente da Junta de Freguesia de Marinhas apresentou a seguinte declaração de voto: “Para além da declaração de voto que subscrevi com o Presidente da Junta de Freguesia de Esposende, votei contra o orçamento porquanto: Apesar de vir dando o benefício da dúvida em anos anteriores constato que as obras previstas para a freguesia de Marinhas são sempre as mesmas e nunca são executadas; Continua a não figurar no orçamento a reabilitação da Avenida de Góios, apesar de ser uma reivindicação de há muito da Junta de Freguesia.”. -----

03.10 - ASSUNTOS DIVERSOS DE CARÁCTER GERAL: _____

Não houve intervenções.

04 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, não se tendo verificado qualquer intervenção.

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por UNANIMIDADE DOS PRESENTES. -----

---Sendo vinte e uma horas e quinze minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ESPOSENDE**

**ACTA
Nº 07/2008**

**SESSÃO ORDINÁRIA
18 de Dezembro de 2008**